

1935-1938: cultura no futuro democrático



Por **LUIZ ROBERTO ALVES***

A trajetória do servidor público Mário de Andrade no governo

Este é um anúncio de obra em vias de publicação, resultado de alguns anos de trabalho junto ao Instituto de Estudos Brasileiros e à Biblioteca Mindlin (USP), bem como à *Revista do Arquivo Municipal*, RAM, pertencente à Secretaria da Cultura de São Paulo.

A revolução cultural ocorrida na São Paulo de quase 1 milhão de habitantes, dirigida pelo líder modernista Mário de Andrade, realizou-se como ponte projetada para tempos democráticos, em que a cidadania importa e decide. A explosão foi vivida na “cidade concentração” de São Paulo, 1935-1938.

O crítico e professor Antonio Candido observara que a experiência sob governo municipal de Fábio da Silva Prado e, no Estado de São Paulo, de Armando de Sales Oliveira, foi de tal ordem que o melhor trabalho ocorrido posteriormente seguiu ou considerou o feito cultural-educativo de 1935-1938, restando o pior para as “mudanças” patrocinadas a partir do interventor Prestes Maia.

O Acto 861, dos primeiros meses de 1935, nomeia Mário como diretor de Cultura e Recreação e assume um projeto completo de serviço a favor do universo humano composto em sua maioria por imigrantes e migrantes, sucedidos por sua descendência. Nesta os sujeitos da prioridade de Mário e seus colegas de trabalho são as crianças e os adolescentes da urbe que se espalhava pelas várzeas do Tietê, Tamanduateí e Pinheiros a formar os lugares de vida dos operários e homens e mulheres de ofício.

O que mais impressiona nessa gestão público-social, que combina o fazer de governo e a presença ativa da sociedade organizada, é sua base científica, seu trabalho de pesquisa qualitativo-quantitativa, fenômeno estranho a governos de ontem e de hoje.

A citação que se segue ajuda a compreender com quem trabalhava a equipe de Mário e o que viria a significar o serviço público:

“Obtivemos informações da renda e das despesas de 221 famílias, e nem a todas foram pedidas informações sobre a nacionalidade e o analfabetismo, o que foi feito só com 151 famílias. No entanto, esse grupo de 151 famílias é provavelmente característico do grupo total. Oitenta famílias disseram que o chefe nascera no Brasil, e das outras 53 procediam: da Itália (32), da Espanha (12) e de Portugal (9). Foram ainda analisadas três famílias de imigrantes japoneses, três da Lituânia e três da Áustria (provavelmente de terras austríacas conforme os limites de antes da guerra), sendo que as restantes que forneceram informações provinham da Inglaterra, da Iugoslávia, da Polônia, da Alemanha, da Síria, da Rússia, da Argentina e da Hungria. Se os algarismos que obtivemos sobre alfabetização, forem característicos da classe operária inteira, eles indicam que São Paulo, conseguiu um considerável progresso, desde 1920, no caminho da instrução. Entre 151 famílias que nos informaram a respeito, só eram analfabetas 21% das pessoas de 13 anos ou mais. Observamos que nas famílias espanholas e lituanas a proporção de analfabetos era mais alta, ao passo que nas italianas, portuguesas e brasileiro-natas, oscilou entre 16,4, 18%”.

“Inquéritos” como este deram o norte da gestão público-social. Revelaram a criança espalhada pelos bairros, mostraram a condição das famílias, suas origens, seus falares e seu envolvimento culturais e educativos (ou a inércia e a alienação na “concentração” paulistana); pelo sim e pelo não, formaram uma base científica para a operação cultural.

A surpreendente equipe de Mário tinha história, qual seja, o aprendizado sensível e corajoso do Modernismo dos anos de 1920, então transformado em princípios e estratégias de gestão público-social da cultura e sua rede interativa (hoje chamada de política integrada de governo): educação, saúde, recreação, gastronomia, pesquisa aplicada, higiene, saneamento, desenvolvimento de bibliotecas, discografia, esportes, relações internacionais, cinema, música e artes poéticas.

Sem qualquer dúvida, tudo isso ocorreu na antiga cidade da garoa entre 1935 e 1938, até que o Estado Novo criou as intrigas necessárias para submeter São Paulo, o estado rebelde e liquidar a experiência por meio de títeres, cujo único entendimento de cultura residia em ocasionais apresentações de óperas importadas e sonolentas para a mirrada elite de binóculos em punho em seus camarotes.

Como não iria acontecer se o gênio trabalhava noite e dia, escrevia, produzia relações entre cidades (sejam o Rio de Janeiro, Paris e Belo Horizonte, sejam São Luiz do Paraitinga ou Araraquara), acompanhava pesquisas de opinião, financiava viagens para o sertão na recolha de canções e narrativase buscava contratar chefe de cozinha para uma experiência de merenda escolar ao gosto das crianças provenientes de diferentes origens?

Parte significativa do material folclórico encontrado na seção competente da Biblioteca do Congresso Americano foi produzido naqueles três anos, sob a batuta de Mário e Oneyda, com apoio de Rubens Borba e Paulo Duarte. Do mesmo modo, as municipalidades de Paris e de Praga enviaram emissários para conhecer a ação cultural empreendida em São Paulo. A partir daí sucederam-se missões e intercâmbios entre a Europa e a pequena São Paulo.

Bem, a equipe (contratada ao arrepio horrorizado dos partidos políticos de plantão) era composta por Oneyda Alvarenga, Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte, Luiz Saia, família Lévi-Strauss, educadoras e recreacionistas, os melhores trabalhadores, técnicos e intelectuais curtidos na difícil travessia dos estouros modernistas para o serviço ao bem-comum e à utopia, isto é, o fato inédito, mas viável de fazê-la via cultura.

A pessoa atenta (a par dos próprios servidores) viu a instituição dos esportes coordenados por pares, grupos de adolescentes em ação de monitoramento nas várzeas, campos e barracões, mas também no estádio do Pacaembu. Encontrou as famílias das crianças e adolescentes sendo inquiridas sobre seus interesses culturais e educacionais, a par da avaliação do trabalho do Departamento. Experimentou as bibliotecas circulantes, sob vários formatos e novo público no Teatro Municipal, além da ampla circulação de livros por meio dos empréstimos.

Viu, também, saírem a campo grupos de monitores de pesquisa folclórica, não somente de São Paulo como de dezenas de cidades do interior paulista, envolvidos em acompanhar, observar, gravar e narrar cantorias, danças e expressões religiosas diversas. Acompanhou a ampliação das bibliotecas nos bairros, do ensino infantil (coordenação cultura-educação) e da criação de merendas especiais.

Entre tantos outros, não é possível deixar de citar um dos testemunhos de Mário, em carta para Oneyda Alvarenga:

“Desde uns dois dias do 5 de junho em que tomei posse nada, mas absolutamente nada mais fiz do que trabalhar, sonhar, respirar, conversar, viver Departamento. [...] Mas vem cá, Oneida, pense um bocado no que é, com a burocracia nacional, ter de instalar um Departamento de enorme complexidade, em que, a bem dizer não havia nada feito!”

A revolução de Mário e sua equipe de trabalho criava homologia entre o sonho de mudança social da década anterior e a revolução na rotina pública em solo firme, naquela São Paulo que parecia um acampamento de trabalho, de linguagens, de memórias e de saudades. Tais desejos e carências faziam-se serviços. A revolução residia na irrupção do *novo* consentido, investido e assumido diante da cultura aprisionada pelos grupinhos de poder econômico-financeiro. O autor não usa a palavra política cultural para o que descreve, analisa e narra, pois a considera ainda estranha ao fazer concreto do poder público junto à população daquele tempo. A ideia de serviço é presente em todas as manifestações do diretor Mário de Andrade. O servidor público é aquele que serve. Este foi o *leitmotiv* dos modernistas aprendizes de governo.

Paulo Duarte, o amigo querido, confidente e correspondente contumaz, não deixou por menos diante da demissão de Mário por Prestes Maia em 1938. Para ele, tratou-se de encaminhar a morte do poeta, músico, missivista, professor, pesquisador, ativista cultural, contista, crítico de arte e tudo o mais que significasse a paixão pelos sentidos profundos da cultura na vida do mundo.

Enquanto Mário, em várias cartas, joga sobre suas costas erros administrativos (qual o erro de um demitido pelo estado

novismo autoritário depois de trabalhar dia e noite?) Paulo dirige toda a sua ira à ignorância e à má-fé dos arranjos politiquieiros assumidos pela prefeitura das avenidas, dos arruamentos e das instigantes empreiteiras. Chega a citar os horrores e a sujeira do inferno de Dante para justificar o definhamento do amigo, o qual, de fato, perambula entre São Paulo e Rio, trabalha no patrimônio histórico e na Universidade do Brasil (depois UFRJ), escreve e dirige pesquisas, mas sua “paixão” persiste, amplia-se o seu inconformismo diante do corte violento de um projeto que se cumpriria mais tarde, também via cultura, no governo da República posto nas mãos de Armando de Sales Oliveira.

O projeto foi seccionado. Nada estranho na história cultural do Brasil, entre a ignorância, a má-fé política e o poder das elites locais e regionais. No entanto, quando este colunista foi Secretário de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo do Campo (ao tempo em que o foram Marilena Chauí e Paulo Freire) havia bastante informação sobre a experiência mariodeandradiana, visto que algumas teses e dissertações foram disseminadas nos encontros de secretários e secretárias. A experiência de 1935-1938 fazia ponte para os tempos brasileiros da democracia, no caso da redemocratização pós Constituição de 1988. Nada incomum foi a releitura dos sentidos da biblioteca na vida da população, na produção musical, na interação com educação e esportes, às vezes turismo, no intercâmbio entre municipalidades e na busca de conhecer os interesses dos setores da população a quem sempre foram negados os direitos à educação e à cultura.

Enfim, o Mário que se culpava por não ter “normalizado” o departamento na vida paulistana, de fato criara, não um modelo, mas um caminho crítico do fazer cultural diante da negação de direitos à cidade. Desse modo, ainda por várias gerações as sementes de 1935-1938, ainda que menos percebidas, estarão presentes na sociedade cidadã, na terra de direitos garantidos, nos lugares onde se arranca o troféu exclusivista do poder de mando e o transforma em valor que cultiva e educa essas gerações em seus percursos formativos, como pessoas autônomas, solidárias e participativas.

Além de tudo isso, este autor exige de si mesmo a memória. Em uma das aulas de pós-graduação da FFLCH-USP, anos de 1970, o mestre Antonio Candido afirmara “que se incomodava com o fato de que gerações vindouras pudessem pensar que Mário de Andrade fora o nome de um cometa que havia passado por São Paulo há muitos anos atrás”.

Não passará. Mário vive.

***Luiz Roberto Alves** é professor sênior da Escola de Comunicações e Artes da USP.